



PREFEITURA DE REGISTRO

Secretaria Municipal de Administração

E D I T A L

Saibam todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que nesta data foi promulgada e registrada a seguinte lei,

LEI Nº 1.959 DE 31 DE MAIO DE 2021

APROVA A REVISÃO 2020 DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE REGISTRO, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que, aprovada pela Câmara Municipal de Registro/SP, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovada a revisão 2020 do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Registro, nos termos da Lei nº12.305, de 02 agosto de 2010.

Art. 2º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é parte integrante da presente Lei, conforme Anexo I.

Art. 3º. É responsabilidade do Município de Registro a implantação, aprimoramento e cumprimento das diretrizes, estratégias e metas constantes no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 4º. É responsabilidade do Município de Registro a implantação, aprimoramento e cumprimento dos programas e ações constantes no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 5º. É responsabilidade do Município de Registro gerenciar os passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e promover a implantação de medidas saneadoras.

Art. 6º. É responsabilidade do Município de Registro promover e disseminar a educação ambiental voltada ao tema de resíduos sólidos a todas as vertentes da sociedade, incluindo o setor público, o setor privado e a comunidade.

Art. 7º. É responsabilidade do Município de Registro promover a criação de mecanismos e fontes de negócios que prevejam a valorização dos resíduos sólidos e a geração de emprego e renda.

Art. 8º. É responsabilidade do Município de Registro promover a inclusão social a partir das ações de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 9º. É responsabilidade do Município de Registro assegurar a promoção de mecanismos de participação da sociedade e de mobilização social, voltados ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 10. É responsabilidade do Município de Registro assegurar a regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados.

Art. 11. É responsabilidade do Município de Registro articular diretrizes constantes no Plano com as premissas previstas em outros planos municipais, tais como Planos de Educação e Saneamento.

Parágrafo Único – Caberá a agência reguladora, a fiscalização do cumprimento do plano e a regularização dos serviços de saneamento, nos termos da Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e alterações da Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020.

Art. 12. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão às contas das Unidades Orçamentárias 02.09 – Sec. Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente – 18.541.0012.2079 – coleta de resíduos sólidos – categoria 3.3.90.39 – outros serviços – pessoa jurídica – ficha 148, e 18.541.0012.2246 – operação e manutenção do aterro sanitário – categoria 3.3.90.39 – outros serviços – pessoa jurídica – ficha 161.

Assinado por 4 pessoas: ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR, DANIELA CRISTINA BATISTA, NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA e SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://registro.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código EC50-C773-7D1B-ADED

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação e revoga a Lei 1.460, de 05 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, 31 de maio de 2021.

NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA
Prefeito Municipal

DANIELLA CRISTINA BATISTA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente

ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública

Projeto de Lei nº 1.873/2020 de autoria do Executivo Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EC50-C773-7D1B-ADED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR** (CPF 370.107.968-40) em 31/05/2021 15:47:37 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **DANIELLA CRISTINA BATISTA** (CPF 336.381.468-20) em 31/05/2021 16:53:44 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA** (CPF 037.710.138-95) em 01/06/2021 08:44:56 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA** (CPF 097.875.198-10) em 02/06/2021 14:31:47 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/EC50-C773-7D1B-ADED>